

TRANSFOBIA E NECROPOLÍTICA: ENCRUZILHADAS DO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO



V SICCAL

[GT3 - FEMINISMO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS]

Jade Mariam Vaccari

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB

Juciane de Gregori

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB

Margarete Almeida Nepomuceno

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo evidencia a necropolítica e a transfobia como sistema que relega corpos de pessoas trans negras à subalternidade, retomando quatro assassinatos de caráter transfóbico que ocorreram recentemente no Brasil. Analisa-se essas brutalidades através de reportagens jornalísticas, compreendendo como classe, gênero e sexualidade formam eixos simultâneos de subalternização, que destacam a imensa vulnerabilidade dos corpos trans, bem como a inércia por parte do Estado. Nas dimensões histórico-sociais e nos processos políticos-culturais, compreende-se o vínculo entre necropolítica e transfobia fomentando críticas às estruturas acadêmicas coloniais e eurocêntricas. A transfobia, carregada de violências múltiplas, direciona mecanismos de violação, marcando zonas de disputas que decifram vidas que importam e que não importam ou quais pessoas são consideradas seres humanos e quais não, executando lógicas necropolíticas em corpos negros e sobreposta as “corpas” das travestis e transexuais.

Palavras-chave: Transfobia. Necropolítica. Travestis e transexuais. Raça, gênero e sexualidade.

This article highlights necropolitics and transphobia as a system that relegates the bodies of black transgender people to subalternity, considering four murders of transphobic nature that occurred recently in Brazil. These brutalities are analyzed through journalistic reports, understanding how class, gender and sexuality form simultaneous axes of subalternization, which points the immense vulnerability of transgender people as well as the inertia on the part of the State. In the historical-social dimensions and in the political-cultural processes, the link between necropolitics and transphobia is understood, fostering criticism of colonial and Eurocentric academic structures. Transphobia, loaded with multiple violences, directs mechanisms of violation, creating zones of disputes about which lives matter and which ones do not matter or which people are considered human beings and which not, running necropolitical logics on black bodies and overlapping the “corpses” of transgender and transsexuals.

Keywords: Transphobia. Necropolitics. Transvestites and transsexuals. Race, gender and sexuality.

El presente artículo constata la necropolítica, puesto que el sistema relega a los cuerpos trans negros la inferioridad, analizando cuatro homicidios de naturaleza transfóbica, que ocurrieron recientemente en Brasil. Esas atrocidades muestran la inmensa vulnerabilidad de los cuerpos trans y una inmovilidad del Estado. Investigando estas muertes a través de sitios periodísticos, podemos ver como clase, género y sexualidad forman ejes simultáneos de inferioridad. Enfocando en las dimensiones histórico-sociales, todavía en los procesos políticos-culturales, se comprende el vínculo entre

necropolítica y transfobia, rompiendo con las estructuras académicas coloniales y eurocéntricas. La transfobia delimita zonas de peleas que determinan los cuerpos que importan o cuales personas son consideradas humanas y cuales no lo son, elaborando necropolíticas selectivas a los cuerpos negros y sobrepuesta a las “corpas” de las travestis y transexuales.

Palabras clave: Transfobia. Necropolítica. Travestis y transexuales. Raza, género y sexualidad.

Introdução

O objetivo do presente artigo é evidenciar a necropolítica que se apresenta no atual contexto político brasileiro, considerando a realidade da transfobia e de como esse sistema relega os corpos de pessoas trans à subalternidade. A partir da análise sobre como se desencadeia socialmente a morte desses corpos, majoritariamente de mulheres travestis e transexuais negras, este trabalho irá retomar quatro assassinatos de caráter transfóbico que ocorreram recentemente no Brasil.

Essas brutalidades, executadas em pleno dia, no nordeste brasileiro, mais especificamente no estado de Pernambuco, destacam a imensa vulnerabilidade dos corpos trans, bem como a inércia por parte do Estado, que por vezes sequer chega a investigar tais assassinatos considerando as problemáticas de machismo, transfobia e racismo que envolvem. Destarte não há na sociedade uma compreensão de como esses fenômenos são estruturais.

Pretende-se observar, a partir da problemática exposta acima, como ocorre a construção desse campo na contemporaneidade, com enfoque nas suas dimensões históricas e sociais, bem como nos seus processos políticos e culturais. No contexto em questão, se entrelaçam experiências múltiplas, nas quais os conceitos, teorias, e interpretações, se associam na busca de caminhos que não representam um campo unívoco.

Operando sobre categorias onde classe, raça, gênero e sexualidade formam

eixos simultâneos e interseccionados de subalternização, esse trabalho busca agregar ao quadro referencial interdisciplinar contemporâneo, que mantém um compromisso científico na desconstrução de concepções de sujeitos unitários e estáveis, bem como contextualizar uma crítica dos apnágios identitários (MISKOLCI, 2009)¹. Essa esfera de análise, embora abarque debates tão recentes, que se disseminaram entre os séculos XX e XXI, traz marcas de uma trajetória de (in)visibilidade que vem de longa data. Assim, as principais referências utilizadas nesse artigo, vão de encontro a teorias feministas contemporâneas e teorias críticas com viés decolonial, tendo como chave de leitura os conceitos de transfobia e necropolítica. A base de referências aplicadas na construção do trabalho partem de Vergueiro (2014, 2015); Mbembe (2018); Bento (2006, 2015); Benevides e Nogueira (2021); Gregori e Zamboni (2019); Vaccari (2017); Miskolci (2009); Pelúcio (2012).

É necessário destacar que para realizar essa análise, partindo do Brasil, deve-se considerar a realidade atual, em que questionar sobre temas como racismo, transfobia e demais violências de gênero e de sexualidade, colocam a escrita em uma encruzilhada de resistência. Esse embate, nesse momento, atua não só frente a um impetuoso avanço do capitalismo, como também de enfrentamento às extremas direitas e a bolsonarização do país.

Isso implica em lidar com severos ataques que perpassam primeiramente por um

¹ Conforme explica Miskolci (2009, p. 158), “as teorias subalternas ganharam seu título de uma terminologia criada por Antonio Gramsci para referir-se àqueles cuja voz não é audível no sistema capitalista”.

caráter moral empenhado em desqualificar a qualidade do trabalho produzido na área das ciências humanas, demonizando a esfera das teorias de gênero e sexualidade, a partir de uma ideia distorcida do que nomeiam “doutrinação e ideologia de gênero”. Apoiada nesta explicação cuja base é conservadora, fundamentalista e negacionista, criam-se justificativas ilegítimas, com argumentos simplistas e irrealistas que incitam a perseguição e ameaças com discursos de ódio contra grupos e pessoas pesquisadoras dessa área. Essa conjuntura se amplia e se desdobra também em violências que se normalizam forjadas como cotidianas. Acarretando para além de experiências de violação, é visível um momento de graves retrocessos e retirada de direitos que impactam diretamente os corpos das pessoas trans negras.

Com a pandemia, intensificam-se as desigualdades de gênero, raça e classe que já eram históricas e apresentam-se muitos desafios. Sabe-se que, muitas vezes, a morte social das pessoas trans negras, antecede a morte do corpo físico. Mas, em qualquer cenário, já é sabido que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (CAZARRÉ, 2015; MARINS, 2015; MOTA, 2015). Essas violências estão acontecendo no território brasileiro de forma mais forte do que em qualquer lugar, nessa “colônia” que chamam de “Brasil”.

Segundo o Boletim recente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que contabiliza os assassinatos de pessoas trans no Brasil, pode-se constatar que:

Entre pessoas onde foi possível identificar a idade em 2021, apenas 12 (cerca de

15%) conseguiram ultrapassar a estimativa média de vida de uma pessoa trans, que é de 35 anos. As demais estavam na faixa de 13 a 35 anos de idade. Segue ainda o perfil já denunciado em nossas pesquisas em que a maioria expressava publicamente o gênero feminino, sendo travestis e mulheres trans, e eram negras (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 2).

Os dados da organização acima, que atua em prol dos Direitos Humanos no Brasil, revelam que há um processo de naturalização e legitimação por parte do Estado brasileiro, tendo em vista que essas mortes continuam ocorrendo constantemente e reiteradamente não há um real compromisso para investigar tais casos. Também não há um real empenho, em políticas públicas e legislações eficazes para combater a discriminação contra pessoas trans, posto que se trata de um problema estrutural. Conforme a citada Associação, verifica-se que: “o Brasil tem 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021. Sendo 80 assassinatos, 9 suicídios. Houveram ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 1). Um genocídio tal qual não se viu em lugar nenhum da face da terra.

Não são apenas números, tampouco são meros dados. São vidas ceifadas em situações que deveriam ter sido refreadas. Em meio ao contexto pandêmico do Covid-19, escancaram-se outras epidemias históricas, como é o caso da violência de gênero e da violência por motivações racistas. Entre políticas de morte e resistências, ou seja, entre mortes evitáveis e estratégias de enfrentamento, não vislumbram-se somente estatísticas. São corpos, forjados na

luta, exterminados de forma explícita diante da espetacularização da morte. Roberta, Kalyndra, Crismilly Pérola, Fabiana. Corpos trans. Corpos de mulheres travestis e transexuais. Corpos negros.

Por que tais corpos estariam sempre tão vulneráveis?

A sociedade baseia-se em um Sistema fundamentado na diferença sexual, onde gênero, sexualidade e corpo seriam instâncias que se coadunam, não podendo ser dissociadas, logo os corpos que se distanciam dos padrões de gênero seriam dissidentes, conforme Bento (2006, p. 13). A terminologia Cis-tema, tem o objetivo de explicar o sistema cisgênero dominante. Ou seja, as normas da cisgeneridade, que ditam padrões de gênero, que subjugam corpos transgêneros que não enquadram de modo simétrico nos seus ditames de sexo, identidade, orientação sexual e afetividade. Vergueiro (2015), chama atenção para a importância da interseccionalidade como aspecto crítico da cisnormatividade, a qual aponta o alinhamento de outros vetores normativos imbricados nessa relação, destacando-se um cenário onde atuam padrões de branquitude, cisgeneridade, heterossexualidade, cristianidade.

Dentro dessa perspectiva heteronormativa, colonizada, monossexual e monogâmica, há uma série de expectativas que se esperam para um indivíduo, homens devem ser fortes, viris, másculos, liderar, em contrapartida, mulheres devem ser submissas, seriam o sexo frágil, o “Outro” do homem, tendo como função o cuidar e a procriação. Porém, pessoas travestis e transexuais evidenciam que as normas de gênero não têm um consenso na vida

social, logo ser uma pessoa trans é também ressignificar os papéis de gênero. Em meio à uma sociedade racista, capitalista e patriarcal, tais corpos ousam burlar as regras, o que, no entanto, gera repressão e discursos de ódio, que culminam em crimes hediondos, como os assassinatos que serão aqui elencados.

1. Problematizações sobre a relação entre necropolítica e transfobia

Para compreender sobre o vínculo prático que ocorre entre necropolítica e transfobia, exposta nos casos que o presente trabalho busca visibilizar, é necessário inicialmente desmembrar reflexões sobre cada um desses conceitos, haja vista que são as duas principais chaves de leitura que norteiam este artigo.

No âmbito da produção do conhecimento, em uma digressão histórica em torno do percurso das teorias no campo de gênero e sexualidade para compressão da transfobia, é preciso demarcar a influência dos movimentos trans feministas e LGBT, haja vista que esse histórico tem relação direta com a forma com que se aborda hoje esse fenômeno. Nota-se, como indica Pelúcio (2012), que especialmente na última década, ocorreu uma significativa desestabilização epistemológica, tanto no que se refere ao entendimento das diferenças sexuais, como às chamadas “identidades de gênero”, fomentando embates contra as relações binárias naturalizadas e questionando políticas identitárias universalizantes, as

quais propunham o sujeito como sendo algo unificado. Como explica Bento (2015), nos últimos anos tem se aprendido a desmontar esse belo, simples e binário edifício explicativo. Entretanto, ainda são muitas as dificuldades e peculiaridades de um processo que está em processo aberto de recente ascensão.

Diferentes leituras críticas, feministas, transgressivas, decoloniais, valendo-se de termos como colonialidade, gênero, racialização do sexo, sexualização da raça, diferença, interseccionalidade, regime heteronormativo, passaram a ocupar fóruns políticos e arenas acadêmicas, inclusive de páginas de comportados periódicos científicos (PELÚCIO, 2012). São propostas que incorporam teorias e práticas, fazendo uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental, provocando um deslocamento epistemológico que sai do “centro” e vai para a “periferia”.

De encontro a esse caminho, é dado que quando observamos a transexualidade, enquanto uma das categorias de pertencimento de gênero, que denota um dos maiores tabus por parte da sociedade, uníssona em sua ideia de heteronormatividade, entende-se que discutir a sexualidade é algo complexo, que envolve, pois, fatores sociais, mas também subjetivos e emocionais. Para contribuir nesta questão, a teoria queer decolonial discorre acerca da performatividade do gênero, logo o gênero é fluido e quando se fala em transgeneridade está se abordando indivíduos que podem ter um sentimento de pertença ao gênero diferente do designado no momento do nascimento ou podem também não sentir pertencer a nenhum dos gêneros

estabelecidos socialmente; logo, travestis e transexuais estão dentro de tal conceito (VACCARI, 2017).

Há muitas divergências entre ativistas LGBT sobre o que vem a ser a travestilidade e a transexualidade, no entanto, essa barreira intransponível para muitas pessoas travestis e transexuais é uma ficção (VACCARI, 2017). Entende-se que as pessoas transexuais e travestis estão dentro da comunidade LGBT, porém o movimento de pessoas trans vivencia pautas específicas, assim como é a problemática da transfobia².

Quando se visibiliza a existência da transfobia, “faz-se referência às formas de violação de direitos humanos ligadas especificamente a falta de entendimento frente à realidade de quando gênero e/ou sexo biológico do indivíduo não são heterosimétricos” (GREGORI; ZAMBONI, 2019, p. 13). A transfobia se exterioriza por um somatório de violações e reiteradas opressões que se voltam contra pessoas trans a ponto de fazer com que muitas sejam socialmente excluídas, vindo a se tornarem vulneráveis a vários tipos de violência (BRASIL, 2016). É possível afirmar que “a transfobia, enquanto violência que perpassa por múltiplas formas, persegue lógicas hierárquicas desiguais, onde a diferença é este-reotipada em uma sociabilidade em que

2 Vale ressaltar que isso não significa que somente as pessoas trans devem lutar contra a transfobia. É um encargo muito grande colocar a responsabilidade nas pessoas trans para modificação dos padrões cis e heteronormativos. Essa é uma tarefa que exige transformações políticas, sociais e econômicas, envolvendo muito mais iniciativas não das pessoas trans, mas sim das pessoas cis, para que não operem mais a violência e que façam concessões, desconstruções de paradigmas de privilégio.

a díade binária se impõe como tendência geral” (GREGORI; ZAMBONI, 2019, p. 38).

“Corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas” (VERGUEIRO, 2015, p. 45). Conforme Gregori e Zamboni (2019), a transfobia opera como uma chave de inteligibilidade, a qual anuncia relações de gênero e sexualidade, motivando violências e vulnerabilização, mas não encerra nisso, haja vista que perpassa pelas dimensões, por exemplo, de classe, raça, etnia, configurando-se com não apenas como categoria descritiva, mas como um fenômeno complexo e multifacetado que não se encerra na individualidade.

Pode-se afirmar que tais elementos se entrelaçam. Igualmente, pode-se refletir que semelhante a violência racista, apoiada em uma cultura de branquitude, a violência misógina e transfóbica, não se trata de uma questão atípica, um fenômeno excepcional ou “aberrante” na presente sociedade, mas “se trata de um exercício cotidiano e costumeiro, invisibilizado e naturalizado enquanto algo estruturante da sociedade” (GRIMM, 2015, p. 50).

Conforme Gregori e Zamboni, é necessário identificar esses aspectos acima problematizados e compreender a transfobia dentro de lógicas de violências que implicam “considerar seus conteúdos e formas, que se orientam por normas e se traduzem nas práticas de sociabilidades plurais” (2019, p. 61). Para tanto, é preciso que a transfobia seja caracterizada em termos mais amplos do que sua aparência

individualizante e patologizante, como uma matriz direcionada a grupos de indivíduos, que não se trata de um fato isolado e nem se resolve com a mera exposição de situações individuais (VERGUEIRO, 2015).

Gregori e Zamboni (2019) discorrem sobre como a transfobia se reproduz mesmo no âmbito afetivo, ocorrendo no meio familiar e nas relações afetivo-sexuais, compreendendo uma análise que se estende ao domínio laboral, domínio do público/privado, domínio da saúde integral, domínio educacional, domínio religioso, e domínio midiático. Nessa dinâmica, a transfobia consiste desde os discursos até os atos de ódio contra travestis, transexuais e homens trans, motivados pelo preconceito, pela discriminação e por uma investida incessante em um projeto político trans-excludente, que se entrelaça nas bases da necropolítica. Pode-se afirmar que há uma “espécie de compreensão decolonial sobre a transfobia, onde a cisnormatividade e o cissexismo atuam como estruturantes de violências institucional, sociocultural, e existencialmente impregnadas por culturas e sociedades” (VERGUEIRO, 2015, p. 70).

Corroborando com a intersecção entre essa compreensão apresentada acerca da transfobia e a necropolítica, é pertinente elencar a leitura “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, de autoria de Achille Mbembe (2018). Trata-se de um trabalho que traz a proposta de discussão sobre o termo necropolítica e não é um material que se debruça diretamente sobre a temática de gênero e sexualidade, mas há uma correlação de temas que agregam entre si e inclusive, em conjunto, alcançam uma compreensão mais ampla acerca de uma série de elementos,

especialmente na contemporaneidade dos debates que seguem uma perspectiva da crítica decolonial. Ao apresentar uma discussão que entrelaça poder e soberania, o autor estende a conceituação de biopolítica foucaultiana, desmembrando o domínio do controle que opera não somente sobre a vida, mas também sobre a morte e sobre condições que ditam “quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5).

Embasada através de uma crítica da modernidade e do eurocentrismo, a teoria de Mbembe (2018), compreende a pragmática do estado de exceção, articulando as noções de biopoder e soberania, com a centralidade do racismo. Imerso a uma estética do sofrimento situada na modernidade, abre-se um leque de percepção associada ao extermínio, à eliminação, organizando sentidos que até então estariam dispersos, edificando assim terminologias próprias para o contexto atual. Mbembe (2018), é uma referência que investe em um processo de transformação teórica para inserção de conceituações que possibilitem captar as dinâmicas da vida social se desenvolvendo, cujas lógicas dos seus mecanismos de produção não são óbvias. Desse modo, o autor realiza conexões em uma dimensão distinta, na qual encontram-se conflitos e pontos de tensão que ainda estão sendo assimilados em quadros teóricos e campos do conhecimento interdisciplinar.

Esse movimento, possui uma forma que representa não necessariamente uma inovação, em termos mercadológicos, mas possui um caráter teórico que desestabiliza estruturas acadêmicas coloniais e eurocêntricas, nas quais o engajamento não é lido como elemento central. Não que haja de forma generalizada uma crença absoluta

em preceitos de neutralidade, mas especialmente no contexto brasileiro, é um dado que são preservados outros aspectos, que não o engajamento. Seja o engajamento político ou mesmo o engajamento social na forma de construir as análises dos temas que estão em voga neste artigo. Em um processo contrário, onde esse engajamento é apropriado e se destaca como parte relevante da produção de conhecimento, desdobra-se um cenário de possibilidades e confluências, bem como de conflitos entre tradições críticas das ciências humanas, que ora se aproximam, ora se distanciam³.

Achille Mbembe (2018), recria concepções de sujeito e tradições filosóficas em uma perspectiva dos estudos do sul e em um viés decolonial, onde o discurso sobre raça é um dos elementos nodais. Confrontando as lógicas hegemônicas da branquitude eurocentrada, a partir de um projeto de percepção decolonial, em um sentido dialético de subversão, o pesquisador revela elementos importantes da dominação. Enfrentando racionalmente a dimensão da razão com vistas em um estado moderno designado pela soberania, Mbembe (2018) utiliza de categorias da violência na experiência, incorporando críticas com categorias que perpassam pela visão “del sur”, contrapondo sofrimento e estado.

Nesse sentido, questiona-se também as promessas de segurança e garantia de vida que seriam a grande propagação dos tempos modernos, os quais trariam um suposto direito a autonomia, o acesso à tecnologias, todavia, todas as expectativas de

³ Inclusive, como é reiterado por Bento (2015, p. 14), “a oposição entre “produzir teoria versus fazer política” é mais uma das enganosas binaridades”.

direitos, se estabeleceram em um formato agudizado de violência, se retroalimentando da produção constante de violações, do sofrimento, do extermínio. Observando o poder do estado moderno soberano, transformando seu poder em uma máquina de gerar eliminação, explicita-se uma dinâmica de soberania que está para além da biopolítica, pois não se nutre de vida e sim da morte, da necropolítica (MBEMBE, 2018). Esse sistema, pautado na raça como mecanismo fundante, acompanha uma ordem onde todas as condições que não estão de acordo com a lógica estabelecida, caem em uma zona de morte, nesse lugar obscuro que a ciência se empenha em buscar desvendar. Nesta dimensão, encontram-se corpos racializados e concomitantemente enquadrados nas matrizes de gênero e sexualidade.

Na construção do conceito de necropolítica, Mbembe (2018), reestabelece uma narrativa filosófica (Hegel e Nietzsche), apreendendo a morte em um viés psicanalítico (freudiano e laciano), desmembrando para as lógicas políticas e sociais. Com esse embasamento, identifica-se na morte um caráter constitutivo da modernidade que adota um teor de fascínio e, portanto, também de prazer. Na vida social moderna, onde reiteradamente investe-se na separação entre a funcionalidade dos lugares, as dinâmicas entre vida e morte, não adotam uma separação nitidamente estabelecida, ou binária. Nessa seara, o Estado moderno, enquanto representação de promessa dessa segregação, que deixaria restar somente o que é belo, puro, limpo e prazeroso, acaba por se corromper. O próprio Estado se utiliza desse mesmo mecanismo diaspórico, como meio de produzir a morte, em um processo que se intensifica cada vez mais,

tal como ocorre nos assassinatos dos corpos das pessoas negras travestis e transexuais.

A ligação entre o prazer e o culto da morte como política projetada pelo estado moderno soberano, é representada e incorporada por sentidos e por termos políticos em que a prática de eliminar, é travada na lógica soberana pelo prazer de controlar, mas para além disso, Mbembe (2018), demonstra que há também, uma fixação por matar, pela eliminação, expandindo a violência contra o outro. Nesse processo, a dimensão racial, o gênero, a sexualidade e a classe evidenciam-se como elementos centrais. Assim, a necropolítica, não seria simplesmente o extermínio, mas a produção de uma política de morte, de morte luxuosa, como uma forma de espetacularização festiva, que em termos de capitalismo, age também em um sentido de prazer, de desejo, justamente em um contexto onde as relações são monótonas e limitadas.

A lógica moderna desta associação questiona essa dicotomização das dimensões sociais, as quais são densificadas e, portanto, misturadas, operando políticas de morte com estéticas cujo poder se apresenta também com aparência de alegria e de prazer. Em suma, a noção de necropolítica apresentada por Mbembe (2018), desvela mecanismos sócio-psíquicos que levam as ciências humanas à um quadro que converge com sua dimensão social, permitindo interpretações a partir de metodologias e teorias que somam com as convenções de diferentes linhagens de pensamentos, apontando principalmente para a necessidade do elemento crítico decolonial no processo de produção do conhecimento.

Essas aberturas, levam a reflexões acerca das teorias e sua correspondência com a dimensão das experiências, desafiando a imaginação e a ciência para a consagração de adequações conceituais e compreensões das lógicas contemporâneas da sociedade, que segue retroalimentando um sistema necropolítico-transfóbico. Essas discussões incitam também a necessidade de análises sociais que propiciem adentrar no universo real de quem vivencia esse cotidiano, adotando modelos de escrita predispostos a ecoar as vozes que até então estão inaudíveis na presente sociedade, reconstruindo e recriando o fazer científico com formas de resistência e enfrentamento.

2. Os corpos trans assassinados no contexto do Brasil contemporâneo

Conforme dados noticiados nacionalmente⁴:

Duas semanas após ser atacada por um adolescente que nem ao menos conhecia e que ateou fogo ao seu corpo, no centro de Recife (PE), Roberta Nascimento da Silva, 32 anos, morreu na manhã desta sexta-feira (9/7), no Hospital da Restauração. O ataque, ocorrido em 24 de junho, havia deixado Roberta com 40%

do corpo queimado. Além da morte de Roberta, Pernambuco registrou outros três transfeminicídios em menos de um mês, que despertaram protestos da comunidade LGBTQ+ e de defensores de direitos humanos.

Roberta da Silva, conforme relatado acima, faleceu no dia 09 de julho de 2021, no Hospital da Restauração, no Recife, pois teve o corpo queimado por um adolescente, no dia 24 de junho do corrente ano. Aos 32 anos, ela morreu após ter os braços amputados em decorrência dos ferimentos. O adolescente que ateou fogo em seu corpo foi apreendido, o que não muda o fato de que tal violência contra mulheres trans negras seja algo naturalizado e evidente no cotidiano, ainda que existam iniciativas de políticas públicas no estado de Pernambuco em prol da população LGBTQ+, a exemplo de uma casa de acolhida que terá o nome de Roberta da Silva, tais ações representam medidas apenas paliativas mediante uma sociedade que cultiva o ódio contra os corpos dissidentes. São apenas tentativas de reparação frente a uma vida que foi interrompida precocemente.

Como uma herege, uma bruxa seguidora de Satã, em um país de colonização cristã, no qual os corpos das travestis e transexuais são vistos como se fossem corpos heréticos, sendo assim seus corpos estariam legitimados a sofrer tais martírios. A caça às bruxas na Idade Média foi um genocídio que se perpetuava contra aquelas que ousavam desafiar o sistema, seja estudando, sendo curandeiras, ou mesmo guerreiras como a general Joana D'Árc. De modo semelhante, as travestis e transexuais são bruxas modernas que quebram as barreiras da cisgeneridade, sendo assim

4 Ver mais em: Morre a mulher trans que teve 40 por cento do corpo queimado por adolescente no centro do Recife. G1 Pernambuco, Recife, 09 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

punidas socialmente inclusive com mortes com tamanho requinte de crueldade que é imensurável.

Kalyndra Nogueira da Hora, 26 anos, foi encontrada morta no dia 18 de junho de 2021, na Zona Sul do Recife (Pernambuco)⁵. O companheiro de Kalyndra foi preso pelo crime de homicídio, morte que teria ocorrido por asfixia, dias antes do corpo ser encontrado. Muitas vezes a mão que afaga é a mesma que apedreja, conforme os Versos Íntimos de Augusto dos Anjos: “Apedreja essa mão vil que te afaga”. Tendo em vista que a afetividade é um campo da vida das pessoas trans que é prejudicado e fortemente afetado devido à transfobia da sociedade, este caso leva a refletir sobre como nesta sociedade colonizada, as pessoas cujo gênero não esteja em conformidade com padrões cisgêneros têm suas vidas afetivas e sexuais tolhidas, como também são vítimas em potencial de crimes cometidos por parceiros afetivo-sexuais (VERGUEIRO, 2014).

Fabiana da Silva Lucas, de 30 anos, foi assassinada no dia 07 de julho de 2021, em Santa Cruz do Capibaribe - PE⁶. Após pedir

informações em um bar, um indivíduo que estava no local, conhecido como “Gaúcho”, esfaqueou Fabiana. Até o momento, não se sabe qual o motivo que desencadeou esse assassinato, a não ser pela transfobia. Em seguida o indivíduo foi linchado pela população que presenciou o crime e depois levado em estado grave para o Hospital da Restauração sob custódia policial. Uma mulher trans, profissional do sexo, morta próximo a uma rodovia. Seu corpo sem vida é a denúncia de uma sociedade que impõe compulsoriamente tais corpos dissidentes para a prostituição de forma precarizada, o que contribui para que determinadas situações de vulnerabilidade ocorram. “Mulheres transgêneras são vendidas frequentemente como chicks with dicks, shemale, no inglês” (VERGUEIRO, 2014, p. 11)⁷. Isso enseja a reflexão de que tais corpos racializados que supostamente “unem” ditames do masculino e do feminino, estariam socialmente empurrados à uma mercantilização de forma precária para fins sexuais e o “exótico” é vendido como uma mercadoria, tornando-se muitas vezes a “carne” mais barata, portanto uma vida que socialmente não importa.

Crismilly Pérola, de 37 anos, no dia 05 de julho de 2021, foi encontrada morta com um tiro no pescoço⁸. A cabeleireira foi morta

5 Ver mais em: Companheiro de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife. G1 Pernambuco, Recife, 19 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/19/companheiro-de-mulher-trans-encontrada-morta-e-presosuspeito-do-assassinato-no-recife.ghtml>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

6 Ver mais em: Mulher trans é brutalmente assassinada no Agreste de Pernambuco; este é o terceiro caso no Estado em um mês. UOL, Recife, 07 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/07/12618476-mulher-trans-e-brutalmente-assassinada-no-agreste-de-pernambuco-este-e-o-terceiro-caso-no-estado-em-um-mes.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

7 A frase mencionada, em tradução livre, expressa: “gatas com pinto, travesti”.

8 Ver mais em: Mulher trans foi assassinada por jovem em um crime de ódio: ‘ele disse que ela queria ser o que não era’, diz delegada. G1 Pernambuco, Recife, 26 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/26/mulher-trans-foi-assassinada-por-jovem-em-um-crime-de-odio-ele-disse-que-ela-queria-ser-o-que-nao-era-diz-delegada.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

e novamente não se sabe por qual motivo. Suspeita-se de crime de transfeminicídio, ou seja, o óbvio: o ódio por ela ser uma mulher trans que era empoderada da sua própria vida, fez com que um algoz ceifasse sua vida. Mais um corpo negro que não importa socialmente, pois é como se a travesti e a mulher trans fossem “uma figura caricaturada da mulher” (TAGLIAMENTO, 2013, p. 100), logo tais seres lidos socialmente como bizarros em um Cis-tema heteronormativo, seriam “merecedores” de tamanho extermínio. É a revitimização que se traduz na impunidade. É a necropolítica e a transfobia operando como regimes de verdade.

Conclusão

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (VERGUEIRO, 2015, p. 15).

A transfobia, carregada por complexidades e violências múltiplas, opera direcionada por mecanismos de violação, nas quais as dimensões e trajetórias de vida articulam classe, raça, etnia, sexualidade, geração e território, marcando uma zona disputada que decifram as vidas que importam e as que não importam ou quais pessoas são consideradas seres humanos e

quais outras que não são, executando assim, uma lógica necropolítica seletiva aos corpos negros e sobreposta as corpos das travestis e transexuais.

Em contraponto às diversidades que são desumanizadas e inferiorizadas em relação às normatividades cisgêneras (VERGUEIRO, 2015), vislumbra-se um repertório de possibilidades de resistência e enfrentamento. Em um embate com a lógica de estigma, invisibilidade, sofrimento e transfobia, que eclodem situações extremas de violência, as pessoas trans negras resistem e (re)existem no enfrentamento.

No presente texto, optou-se por aprofundar os conceitos de transfobia e necropolítica, no entanto, o debate acerca do transfeminicídio é algo que necessita ser evidenciado, pois dialoga de forma direta com esse tema. Para além dos termos jurídicos que estão em torno desse assunto, a escolha por trabalhar a transfobia, implica em abordar justamente os processos que desencadeiam o transfeminicídio. Não há dúvidas de que há muito a se avançar para que se reconheça juridicamente a legitimidade dos crimes de feminicídio que ocorrem contra as mulheres travestis e transexuais. É perceptível que ainda há um atraso significativo do Estado em aplicar o direito das mulheres trans e travestis, tanto diante da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006), como referente à Lei do Feminicídio - Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015). Na equação entre transfobia e necropolítica, inevitavelmente o resultado é análogo ao transfeminicídio.

Certamente, o presente artigo não busca esgotar o debate acerca dos temas propostos, mas sim iniciar algumas

reflexões dispostas em torno de possíveis soluções. Embora não seja uma trajetória sem percalços e nebulosidades, frente aos retrocessos cotidianos, emergem iniciativas como a deste trabalho, que converge com a resistência e busca divergir de concepções essencializadoras, elaborando assim projetos sociais e configurações políticas que rompem com a atual necropolítica-transfóbica que se avoluma na conjuntura do bolsonarismo.

Com alicerces no autocuidado, nas redes de apoio mútuo, no acolhimento coletivo, na solidariedade e no bem viver, é preciso desenvolver alianças estratégicas que sirvam de escudo frente às violações. “Aquilombar-se” e fortalecer o “traviarcado”, formando teias de afeto e organização, fomentam ações decoloniais em um horizonte potente de transformação e revolução. Sabe-se que a luta segue e que ela não cessa apenas na despedida dos corpos de tantas que foram tombadas. Confrontar os padrões da branquitude e abalar as estruturas do Cis-tema, para manter a memória de tantas que vieram com seus passos de muito longe para abrir os caminhos que erguem as que hoje estão na linha de frente, parece ser o caminho. ■

[JADE MARIAM VACCARI]

Professora de Filosofia. Graduada em Letras - Língua Espanhola, pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (bolsista vinculada ao CNPq). Membro da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba e do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. E-mail: jadevaccari.it@gmail.com

[JUCIANE DE GREGORI]

Graduada em Psicologia. Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (bolsista vinculada à Capes). Integra o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e a Coletiva de Mães Pachamamá. E-mail: juciane.psicologia@gmail.com

[MARGARETE ALMEIDA NEPOMUCENO]

Professora Adjunta do Departamento de Jornalismo (DEJOR - Centro de Comunicação, Turismo e Artes da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do GEM: Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Mídia (DEJOR/ UFPB). Integra o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. E-mail: margaretea@gmail.com

Referências

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. Boletim nº 01/2021. **Assassinatos contra travestis e transexuais em 2021**. Rio de Janeiro, mai., 2021. Disponível em: <<http://antrabrazil.org>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Lei nº11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violenciahomofobica-ano-2012>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAZARRÉ, Marieta. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais**. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-maismata-travestis-e>. Acesso em: 27 set. 2016.

GREGORI, Juciane; ZAMBONI, Marcela. **Relações afetivas e violência: sentidos da transfobia no contexto familiar e amoroso**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

GRIMM, Raíssa Éris Cabral. **Abrindo os códigos do tesão: encantamentos de resistência entre o trans-feminismo pós-pornográfico**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (Centro de Filosofia e Ciências Humanas): Florianópolis, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: Edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

MOTA, Jéssica. **Transfobia**: um tapa na cara. Revista CartaCapital, 15 nov. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

PELÚCIO, Larissa. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2012.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **A arte dos (des)encontros**: mulheres trans e saúde integral. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

VACCARI, Jade Mariam. **A Construção da Identidade de Gênero – Transexual: ErranteCorpo Abjeto**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Trans* Sexualidade**: reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera, Revista Periódicus, 1.ed., mai./out., 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/10154/7258>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (Tese de Mestrado). Universidade Federal da Bahia (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos): Salvador, 2015.